

A LUTA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO MÉXICO: UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA¹

Caroline Bahniuk²

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o significado da experiência de classe produzida pela *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE), dissidência sindical dos professores de Educação Básica no México. A análise é sistematizada a partir dos eixos: a) os professores da CNTE e a luta por condições de trabalho; b) as tradições e os costumes na experiência de luta da CNTE; e c) a experiência organizativa da CNTE. A pesquisa que fundamenta o estudo teve como base a análise de documentos da CNTE e a revisão bibliográfica, articuladas à discussão das categorias classe e experiência à luz da tradição marxista.

Palavras chaves: Experiência; Classe; CNTE; Professores.

LA LUCHA DE LOS PROFESORES DE EDUCACIÓN BÁSICA EN MÉXICO: UNA EXPERIENCIA DE LUCHA DE LA CLASE TRABAJADORA

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar el significado de la experiencia de clase producida por la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), una disidencia sindical de los docentes de educación básica en México. El análisis se organiza a partir de los siguientes ejes: a) los docentes de la CNTE y la lucha por condiciones de trabajo; b) las tradiciones y costumbres en la experiencia de lucha de la CNTE; y c) la experiencia organizativa de la CNTE. La investigación que sustenta el estudio se basó en el análisis de documentos de la CNTE y en la revisión bibliográfica, articulados con la discusión de las categorías de clase y experiencia a la luz de la tradición marxista.

Palabras clave: Experiencia; Clase; CNTE; Docentes.

THE STRUGGLE OF BASIC EDUCATION TEACHERS IN MEXICO: AN EXPERIENCE OF WORKING-CLASS STRUGGLE

Abstract

This article aims to analyze the meaning of class experience produced by the Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE), a dissident trade union organization of basic education teachers in Mexico. The analysis is structured around the following axes: (a) CNTE teachers and the struggle for working conditions; (b) traditions and customs in the CNTE's experience of struggle; and (c) the organizational experience of the CNTE. The research underlying this study is based on the analysis of CNTE documents and a bibliographic review of the organization, articulated with a discussion of the categories of class and experience in light of the Marxist tradition.

Keywords: Experience; Class; CNTE; Teachers.

¹ Artigo recebido em 14/04/2026. Aprovado em 24/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.71348>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Brasil). Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB/Brasil). Email: carolbani@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1261539000222236>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5617-1303>.

Introdução

O artigo tem por objetivo analisar o significado da experiência de classe construída pela *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE), dissidência sindical dos professores de Educação Básica no México³. A CNTE foi criada em 1979 como uma articulação de docentes da Educação Básica no México⁴ que não coadunavam com a direção hegemônica do sindicato da categoria – o *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE). O referido sindicato é o maior sindicato da América Latina e representa aproximadamente 1,5 milhão de filiados – professores da educação pública.

Definimos, então, a seguinte questão central: Qual a experiência de classe a CNTE tem produzido ao longo de seus 45 anos de existência? A partir desse eixo, buscamos compreender como esse sujeito político se constitui, bem como suas formas de organização, ação, articulação e principais pautas de luta. Tomamos como referência as jornadas de lutas realizadas ao longo de 2025, a fim de analisar suas especificidades, contradições e potencialidades.

Para tanto, analisamos os documentos produzidos pela CNTE, respostas do governo à entidade, registros das lutas dos professores e ensaios jornalísticos, também incluímos um estudo teórico ancorado nas categorias classe e experiência, à luz da tradição marxista, em especial Thompson (2024), Mattos (2019), Modonesi (2010; 2016) e Vendramini e Tiriba (2014)⁵.

O texto organiza-se em duas partes. Na primeira, apresentamos uma síntese sobre as categorias teóricas: classe e experiência e sua relação com o estudo das lutas sociais. Na segunda, analisamos a CNTE, articulando as fontes e as referências da pesquisa às categorias teóricas estudadas.

³ A pesquisa foi desenvolvida durante um estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e incluiu um período de estudo e pesquisa desenvolvido na *Universidad Autónoma de México* (UNAM).

⁴ A Educação Básica no México é composta por quatro níveis: educação inicial (0-2 anos), educação pré-escolar (3-5 anos), primária (6-11 anos) e secundária (12-14 anos). A etapa subsequente à Educação Básica é a Educação Média Superior, que abrange a faixa etária de 15-17 anos. Os professores da CNTE – foco desse estudo – atuam na Educação Básica mexicana, na qual estão matriculados 20.680.123 estudantes. Desse total, 88,5% frequentam escolas públicas e 11,5%, instituições privadas. (SEP, 2025).

⁵ As duas últimas autoras utilizam o arcabouço teórico de Thompson para as pesquisas educacionais.

As categorias classe e experiência na análise das lutas sociais

O debate sobre classe e experiência a partir das formulações da tradição marxista constitui um pilar fundamental para compreender as lutas da classe trabalhadora na atualidade. Para Marx (1982), as categorias são abstrações das relações sociais, logo, alteram-se ao longo do tempo, são, portanto, históricas. Sob essa perspectiva, a realidade não se configura como algo estático ou permanente, mas como um processo dinâmico, continuamente impulsionado pelo motor da luta de classes. Essas categorias permitem não apenas analisar o existente, mas indicar caminhos para as lutas da classe trabalhadora na direção de superação do capitalismo.

O estudo das categorias classe e experiência na tradição marxista contribuiu para a compreensão da materialidade da classe e dos processos de produção de sua existência na contemporaneidade, isto é, das formas pelas quais as pessoas vivem, experienciam e internalizam suas condições materiais de vida. A experiência, entendida como o elo mediador entre ser e consciência, revela a complexidade e não linearidade dos processos de luta social. A combinação dessas categorias permitiu sistematizar três dimensões analíticas para o exame da Coordenadora: a) os professores da CNTE e a luta por condições de trabalho; b) as tradições e os costumes na experiência de luta da CNTE e c) a experiência organizativa da CNTE.

O debate sobre classe é complexo e polêmico, inclusive no interior do marxismo. Embora Marx não tenha escrito um texto específico dedicado exclusivamente ao tema, pretendia incluir um capítulo ao final de “O Capital: crítica à economia política”, o que não chegou a realizar. Contudo, ao longo de suas obras, exercitou a compreensão de classe como uma relação social, recorrendo aos termos classe trabalhadora/proletariado e capitalistas/burguesia para denominar as classes antagônicas fundamentais do capitalismo (Mattos, 2019).

Para Marx (2006), os trabalhadores, ao não possuírem os meios de produção, são compelidos a vender sua força de trabalho - mercadoria especial que produz mais-valia, ou seja, um valor excedente ao valor de troca recebido em forma de salário. Esse é um dos aspectos centrais para compreender a exploração e a subsunção do trabalho ao capital. A exploração inerente à compra e venda da força de trabalho – que define em certa medida o local do sujeito social na produção, não está dissociada

da discussão sobre a formação da consciência de classe e da constituição da classe como sujeito da história. Em síntese, é no antagonismo entre capital e trabalho que as classes se constituem e podem vir a adquirir consciência de classe.

Para Mattos (2019, p.26), a definição de classe em Marx é bastante abrangente, opondo-se a uma concepção determinista, nas palavras do autor, é “bastante ampla, como o conjunto de pessoas que vivem da venda da força de trabalho, por meio, primordialmente do assalariamento”. Segundo sua leitura da obra marxiana, a classe não se restringe ao operariado industrial nem exclusivamente ao trabalhador produtivo.

Diversos autores dedicaram-se ao estudo da obra marxiana e ao desenvolvimento de novos conceitos, interpretações e análises da realidade. Entre eles, destaca-se o marxista inglês E. P. Thompson (2024), que examinou a fundo os processos de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora inglesa, desde o processo de sua constituição. Para ele, classe não é algo definido de maneira abstrata e matemática, trata-se de um fenômeno histórico, uma formação social e cultural, que não se realiza *a priori*, mas se constitui na relação, isto é, encarnada em pessoas e processos reais de luta. Nas palavras do autor,

Por classe entendo um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe, como uma estrutura, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (Thompson, 2024, p.9-10).

No entanto, para o autor, a definição de classe trabalhadora depende, em grande medida, das relações de produção e da posição ocupada pelos trabalhadores nessas relações. Thompson adverte que certas leituras mecanicistas e estruturalistas da noção de classe tendem a obscurecer a atuação ativa dos próprios trabalhadores na constituição de sua classe. Conforme destacam Vendramini e Tiriba (2014), Thompson compreende a classe como uma formação econômica e cultural. Ele coloca em relevo a dimensão cultural – pouco considerada na produção marxista da época – sem, contudo dissociá-la da produção da vida material.

Embora a classe trabalhadora assuma novos contornos no capitalismo contemporâneo, ela permanece a classe fundamental em antagonismo ao capital e

como o sujeito potencial da transformação revolucionária da sociedade. Para Antunes (2008, p. 2):

Contrariamente, entretanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a nova polissemia do trabalho, a sua nova morfologia, isto é, sua forma de ser (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam.

Partilhando dessa definição, Mattos (2019) compreende a classe trabalhadora de forma ampla, abarcando todos aqueles que vivem da venda da força de trabalho, sobretudo pela forma de assalariamento, o que inclui os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, assalariados regulares ou não.

As definições apresentadas revelam transformações no modo de ser da classe trabalhadora, que se torna mais diversa e heterogênea no capitalismo contemporâneo, bem como mais complexa tanto em sua caracterização quanto em suas formas de organização social. No entanto, convém assinalar que essa categoria, em Marx, permanece indissociável da luta de classes. Para Marx e Engels (2009), a luta de classes é o motor das sociedades de classes estruturadas na apropriação privada da riqueza e na exploração de classe.

A luta de classes constitui o núcleo central da teoria marxista para compreender os movimentos sociais no âmbito da teoria da ação política. Nesse contexto, a categoria classe é uma síntese dialética da determinação socioeconômica e da subjetivação política, processos articulados e inseparáveis. Assim, a classe e a consciência de classe são sempre as últimas e não as primeiras fases do processo histórico, o que significa dizer que a classe trabalhadora se constitui enquanto tal no curso da luta social (Modonesi, 2017).

A esse debate acrescentamos a categoria experiência, a qual possui destaque na obra de Thompson. Ela nos auxilia a compreender como a classe se constitui historicamente no processo da luta de classes, ou seja, se forma por homens e mulheres reais que não apenas recebem as condições que a determinam socialmente, a depender de sua posição na produção da vida material, mas também atuam sobre essas condições.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram voluntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais (Thompson, 2024, p.10).

Na perspectiva apresentada, a dimensão da experiência articula-se à questão de classe, uma vez que as experiências constituem o processo de formação da classe trabalhadora. Para Thompson, a experiência é o elo de ligação entre consciência e realidade, operando como mediação fundamental na formação de homens e mulheres em sua materialidade e subjetividade e, portanto, na própria constituição da classe trabalhadora. Trata-se da forma pela qual as pessoas ou grupos se apropriam e internalizam o conjunto de acontecimentos que vivenciam e das relações que estabelecem entre eles.

Na síntese de Vendramini e Tiriba (2014), a experiência refere-se ao encontro entre matéria e pensamento. Ela surge espontaneamente na vida concreta de homens e mulheres, mas exige elaboração do pensamento e da consciência. “A experiência é o vivido, os acontecimentos, as ações e o sentido a elas atribuído” (Idem, p. 63).

O livro *Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação*, organizado por Magalhães e Tiriba (2018), dedica-se a discutir a categoria experiência na educação a partir de uma leitura marxista. Segundo as autoras, nas pesquisas em educação, o termo é comumente utilizado, porém de maneira genérica, como um mero recurso de linguagem, revelando “uma tendência de utilização do termo sem conceituá-lo ou tomá-lo como categoria histórica” (Magalhães; Tiriba, 2018, p.13). Na concepção de experiência abordada neste trabalho, destacamos os trabalhos de Vendramini (2000); Vendramini, Tiriba (2014); Tiriba (2018), além de autores de outros capítulos do livro supracitado, que retomam Thompson para analisar as lutas da classe trabalhadora, contribuindo para compreender a relação entre classe e experiência e a relevância dessa articulação para as pesquisas educacionais. A análise das experiências da classe trabalhadora em Thompson, em perspectiva histórica “[...] pressupõe o entendimento de como, pela experiência, homens e

mulheres vivem, percebem, sentem, fazem e refazem o conjunto das relações sociais.” (Tiriba; Magalhães, 2018, p.262).

Para Modonesi (2010), o conceito de experiência em Thompson é fundamental para compreender os processos de formação subjetiva. Ela trata da assimilação ou incorporação da materialidade nos sujeitos, a partir da qual a classe vai emergindo mediante a articulação de processos e experiências concretas.

A história da CNTE e a atualidade de sua luta frente aos governos progressistas

A Coordenadora Nacional dos Trabalhadores da Educação foi fundada no ano de 1979 em Tuxtla Gutiérrez, no estado de Chiapas. As principais reivindicações naquele momento eram a melhoria das condições salariais e de trabalho, bem como a democracia sindical (Sección XXII, 2019). A partir de então, a CNTE passou a congregiar diversas seções sindicais em luta, além dos movimentos e correntes internas que atuavam na organização e mobilização dos professores da Educação Básica no México (Cutz, 2008).

Ortega Errenguerena (2012), ao analisar os processos de corporativismo e dissidência no interior do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE), afirma que o corporativismo constitui um elemento central para a compreensão do Estado mexicano, e por extensão, da própria luta de classes no país. As legislações trabalhistas da década de 1930 impuseram à organização dos trabalhadores um conjunto de características estruturantes, entre as quais se destacam a existência de um único sindicato por setor, a obrigatoriedade de filiação sindical e a intervenção do Estado no reconhecimento legal das entidades sindicais. Nesse período, durante o governo Cárdenas (1934 – 1940), foram promovidas importantes reformas sociais, no entanto, elas vieram acompanhadas da institucionalização da organização dos trabalhadores subordinadas ao Estado. Esse movimento buscou canalizar os conflitos sociais para o interior do aparato estatal, limitando a autonomia política dos trabalhadores.

Desse modo, o SNTE, desde seus primeiros anos de existência, consolidou-se como um sindicato estreitamente atrelado ao governo e aos interesses do Estado, marcado por uma forte presença do centralismo burocrático e manteve uma relação orgânica com os partidos que ocuparam o poder político no país. As principais

lideranças do SNTE assumiram, de maneira recorrente, diversos cargos na esfera pública, muitos deles exercidos de maneira concomitante aos mandatos sindicais. (Cutz, 2008; Ortega Errenguerena, 2012; Ávila Carrillo, 2019).

Em contraste com a trajetória marcada pelo autoritarismo e atrelamento aos governos do SNTE, as lutas de caráter confrontacional perpassam a história da Educação no México. A CNTE se reconhece como herdeira dessas tradições de resistência, especialmente das mobilizações protagonizadas pelo magistério nas décadas de 1950 e 1960, período em que emergiram importantes referências políticas e pedagógicas para os trabalhadores da educação no país (Sección XXII, 2019). Essas lutas e as lideranças forjadas nesse processo demonstram a profunda relação com a formação realizada nas Escolas Normais, especialmente as Rurais, bem como o vínculo estreito dos professores com as lutas e demandas das comunidades (Hernández Navarro, 2016; Zaragoza; Zapata, 2021a).

No documento síntese do Primeiro Congresso Nacional Ordinário da CNTE, realizado em 1990, a Coordenadora definiu princípios, estratégias, táticas e formas de organização e de lutas que, em grande medida, permanecem como balizadores de sua atuação na atualidade. Por exemplo, a estratégia central de democratizar o sindicato, democratizar a educação e democratizar o país, além de lançar mão da tática de mobilização – negociação – mobilização (Sección XXII, 2019). No entanto, a concepção de democracia adotada pela Coordenadora vai além da democracia burguesa, necessariamente restrita, o que significa defender a ampla participação dos trabalhadores, e está articulada à apropriação dos meios de produção da vida social.

No que se refere à tática de mobilização – negociação – mobilização, ela está diretamente ligada às condições de reprodução social e política da própria CNTE. Embora opte por disputar as seções sindicais, não chega a ocupar assento no Comitê Executivo Nacional do SNTE. Ao longo de sua história, diversos governos têm se recusado a reconhecer a CNTE como representante legítima de um amplo e significativo setor do magistério. No entanto, essa tríade é um antídoto contra a cooptação — prática recorrente no sindicato governista, no qual as lutas não se encerram no momento da negociação. Mantém-se a mobilização como forma de garantir a autonomia do movimento e evitar que acordos institucionais esvaziem sua força política.

Ao cotejar a literatura da área (Zaragoza; Zapata, 2021; Zaragoza; Rivera 2021) e os materiais produzidos pela própria CNTE, é possível identificar distintos momentos de auge da luta dos professores ao longo de sua trajetória histórica. Esses momentos se expressaram, inicialmente, no processo de criação da CNTE e nos anos subsequentes; em 1989, o que ficou conhecido como Primavera Magisterial, as lutas contra o *Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica* (ANMEB), no início da década de 1990; e, posteriormente, a hercúlea luta da CNTE contra a Reforma Educativa (2013-2018).

A partir de 2018, as lutas empreendidas pela Coordenadora encontram um novo terreno com a ascensão de governos progressistas no México, primeiramente com Andrés Manuel López Obrador (AMLO, 2018-2024)⁶ e em seguida com Claudia Sheinbaum (2024). Porém, esse período não se configura, ao nosso ver, um novo ciclo de mobilização de maior amplitude quando comparado aos anteriores. Contudo, apresenta-se como um processo de retomada de significativa intensidade e politização, ao mesmo tempo, tensiona expectativas de conciliação e evidencia a persistência e a ampliação dos conflitos no campo educacional e para além dele.

Nas eleições de 2018, AMLO foi o único candidato a assumir publicamente o compromisso de cancelar a Reforma Educativa. Com sua vitória no pleito, tomou posse da presidência em 1º de dezembro de 2018. Logo no início de seu mandato, no dia 12 de dezembro, enviou um projeto de lei para alterar a constituição, com a supressão de questões punitivas relativas à avaliação de desempenho, posteriormente, aprovou novas leis educacionais e ao final do seu mandato instituiu a nova orientação educativa intitulada de *Nueva Escuela Mexicana*. Para tanto, articulou um amplo pacto envolvendo partidos políticos de distintas filiações teóricas, a CNTE, as organizações empresariais e alguns intelectuais. No entanto, a narrativa do cancelamento da reforma revela-se problemática, a reforma educacional promovida por AMLO não representa uma ruptura, mas mantém, legítima e aprofunda a reforma neoliberal (González Villarreal, et al, 2020).

Ortega Errenguerena (2025), ao analisar o comportamento da CNTE durante o sexênio obrerista, afirma que a CNTE, não sem conflitos e recuos, sustentou sua autonomia. Segundo o autor, essa trajetória não foi linear, houve inicialmente maior aproximação com o governo e várias reuniões de negociação. Posteriormente, ocorre

⁶ Os mandatos presidenciais têm a duração de seis anos e não admitem reeleição.

um aumento das críticas e das insatisfações do magistério frente à nova reforma educativa e a outras ações do governo, por exemplo a gestão da educação na pandemia. Ao final do governo, em 2024, há a deflagração de uma greve nacional pela CNTE, entre 15 de maio e 11 de junho, com realização de um acampamento no Zócalo⁷, o qual foi surpreendentemente massivo⁸.

Como podemos perceber, as lutas empreendidas pela CNTE em 2025 - agora sob a presidência de Claudia Sheinbaum que assumiu o governo em 1º de outubro de 2024 dando continuidade à gestão de AMLO - se inscrevem em uma trajetória histórica, retomando, de modo mais específico, a pauta de reivindicações formuladas em 2024. Em síntese, essa agenda de lutas compreende as seguintes reivindicações: a) Revogação da lei de ISSSTE de 2007; b) Revogação da Reforma Educativa Peña – AMLO 2019; c) Aumento Salarial de 100% no salário base, d) Justiça Social e Democracia Sindical (CNTE, 2025a).

A reivindicação pela revogação da Lei do ISSSTE (*Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado*) aprovada em 2007, consiste em uma proposta de alteração profunda do regime de previdência social no México. Segundo Leal (2009), essa legislação compõem um conjunto de reformas implementadas desde a década de 1990, a partir das orientações dos organismos internacionais, em especial, o Banco Mundial, com o objetivo de reestruturar o sistema previdenciário mexicano.

Tais mudanças decretaram o fim do regime solidário e intergeracional nas aposentadorias, substituindo-o por um sistema de contas individuais, administradas pelas AFORES (*Administradoras de Fondo para el Retiro*), que operam segundo a lógica da capitalização individual. Para o autor, esse modelo não soluciona os problemas estruturais da previdência, ao contrário, produz baixas taxas de reposição, reduzida densidade de contribuição e aposentadorias de valor significativamente inferior, aprofundando a insegurança dos trabalhadores. Em síntese, trata-se de um

⁷ Refere-se a uma grande praça pública localizada no centro histórico da Cidade do México, onde se encontram a sede do governo federal e a da cidade. É um espaço político e social simbólico no qual se realizavam frequentemente manifestações e lutas sociais, e também celebrações e eventos culturais.

⁸ As negociações reinstaladas no curso dessa jornada de lutas resultaram na formalização de um acordo que contemplou as seguintes medidas: aumento salarial de 11,8%, acrescido de 2% de reajuste nos benefícios; readmissão de 166 professores demitidos durante governos anteriores; compromisso de promover uma reforma da Lei do ISSSTE (aposentadorias); reparação de danos às vítimas do Massacre de Nochixtlán (2016); e investigação, bem como a reparação à repressão sofrida por professores em Oaxaca, em 2024 (Ortega, 2025).

processo de financeirização⁹ e privatização, que transforma a previdência social de direito em mercadoria (Leal, 2009).

Desta forma, a reivindicação dos professores pela aposentadoria consiste na aposentadoria por tempo de serviço – 28 anos para as mulheres e 30 para os homens, retorno ao sistema solidário coletivo e intergeracional de aposentadoria, sem a presença das empresas de capitalização individual e o cálculo da aposentadoria em salários-mínimos¹⁰ (CNTE, 2025a).

Nas respostas dadas pelo governo atual à CNTE, observa-se uma crítica ao aprofundamento do neoliberalismo promovido pelos governos anteriores, ao mesmo tempo, destaca a complexidade da questão previdenciária e a falta de recursos financeiros para a realização das mudanças reivindicadas (Gobierno de México, 2025).

Em suas manifestações, contudo, a CNTE denuncia a distância entre o discurso governamental de crítica ao neoliberalismo e as práticas efetivamente adotadas, que revelam a permanência de elementos centrais do neoliberalismo, como a mercadorização dos direitos sociais. Também questiona as incertezas e os baixos valores das aposentadorias produzidas pelo novo sistema previdenciário, bem como a monopolização de empresas administradoras e seus lucros exorbitantes, que atualmente corresponderiam a 15% do PIB mexicano. Essa reivindicação tem sido assumida como central entre as demais pautas do movimento docente, e incide sobre questões fundamentais da luta contemporânea da classe trabalhadora contra a financeirização do capital, associada à geração de lucros por meio de juros, à mercantilização da previdência e à perda dos direitos sociais (CNTE, 2025b).

Como apontado anteriormente, os professores não têm acordo com as mudanças realizadas por AMLO em relação à Reforma Educativa, chamando-a mais

⁹ Para Netto e Braz (2008), a financeirização, articulada à reestruturação produtiva e à ideologia neoliberal, conforma o tripé de sustentação do capitalismo contemporâneo. Para os autores, o capital sempre esteve vinculado às transações financeiras, entretanto, nessa conformação histórica do capitalismo, a financeirização torna-se hegemônica. Harvey (2011) argumenta que a financeirização constitui uma resposta à crise de superacumulação da década de 1970. A partir desse período, as instituições financeiras passaram a ocupar uma posição dominante no processo de acumulação, que passou a depender cada vez mais da expansão do capital fictício (crédito, juros, bancos, entre outros), ampliando-se e expandindo-se para novos setores da economia e novos territórios. No entanto, o autor demonstra que a financeirização, embora se realize, predominantemente, na esfera da circulação do capital, não está dissociada da esfera da produção, local por excelência da produção de valor, por meio da extração da mais-valia dos trabalhadores. Em nossa pesquisa, compreendemos que a financeirização reconfigura o modo como o capital, logo o Estado, passam a operar a educação e a previdência social, transformando esses importantes setores em espaços de valorização.

¹⁰ Atualmente ele é medido por UMA (*Unidad de Medida y Actualización*) que possui um valor abaixo do salário-mínimo.

recentemente de Reforma Educativa Peña Nieto – AMLO. Para González Villarreal et al. (2020), embora a Reforma tenha eliminado os dispositivos relacionados à avaliação punitiva do magistério, ela preserva a lógica neoliberal em diversos âmbitos da educação, como na gestão escolar, nas avaliações de larga escala, na autonomia administrativa e nos conteúdos curriculares e nos objetivos da formação - com ênfase na educação socioemocional, financeira e inclusiva, bem como na incorporação do empreendedorismo. Além disso, mantém a desvalorização e precarização do magistério, expressa na transformação de direitos em mecanismos de reconhecimento por mérito, assim como o aumento da ingerência de grupos privados na educação pública. No entanto, o modo como as mudanças foram operadas por meio de consultas públicas e da constituição de um amplo pacto contribui para maior adesão a elas.

No que se refere à reivindicação de aumento salarial de 100% no salário base, constitui uma demanda histórica da luta dos professores mexicanos, presente desde seus primeiros documentos (Sección XXII, 2019). Por fim, a demanda de Justiça Social e Democracia Sindical diz respeito principalmente à reinstalação de professores demitidos nos governos anteriores, reparação de danos em relação aos massacres e lutas travadas pelo Magistério, bem como o reconhecimento da CNTE e das seções conquistadas frente ao sindicalismo oficialista.

As lutas foram retomadas em janeiro de 2025, a partir de uma jornada de luta que se intensificou nos meses subsequentes a partir de paralisações nacionais de 48 e 72 horas, realizadas, respectivamente, entre os dias 6 e 7 e 19, 20 e 21 de março do ano corrente. Diante da ausência de respostas efetivas às reivindicações apresentadas, a CNTE chega ao dia 15 de maio — data em que se comemora o Dia do Professor no México e um dia historicamente de luta do magistério — com a convocação de uma greve por tempo indeterminado. Ao final da marcha, foi instalado um acampamento (*plantón*) no Zócalo da Cidade do México, que ao longo dos dias chegou a reunir cerca de 20 mil professores acampados, segundo a CNTE. Durante os 23 dias de duração do acampamento, entre 15 de maio e 07 de junho, os docentes realizavam cotidianamente ações diretas, discussões e assembleias com o objetivo de definir os rumos do movimento. Concomitantemente, foram promovidas diversas ações e atividades em diferentes regiões do país.

As ações diretas foram realizadas diariamente, incluindo marchas, ocupações temporárias de prédios públicos, bloqueios de ruas, abertura de praças de pedágio e de estações de metrô, bem como o fechamento de um dos terminais do aeroporto da Cidade do México. Essas mobilizações ampliaram significativamente a visibilidade do movimento e foram sentidas por grande parte da população da Cidade do México¹¹.

Diante das mobilizações, o governo acenou com o aumento salarial de 9%, retroativo a janeiro, acrescido de mais 1% a partir de setembro. Contudo, esse reajuste incide exclusivamente sobre o salário base dos professores, não abrangendo a totalidade da remuneração. Ademais, para os trabalhadores enquadrados no décimo transitório da Lei do ISSSTE de 2007, foi estabelecida, de forma progressiva, a redução da idade mínima para a aposentadoria para 58 anos para homens chegando a 55 em 2034 e 56 para mulheres chegando em 53, conforme decreto presidencial expedido em 25 de junho¹². Soma-se a isso a retirada da vigência progressiva da USICAMM (*Unidad del Sistema para la Carrera de las Maestras y los Maestros*) a ser substituída por um novo sistema de mobilidade na carreira dos docentes, cujo eixo central passa a ser o tempo de serviço, em detrimento dos mecanismos de avaliação de caráter meritocrático.

No entanto, a CNTE (2025b; 2025c) rechaçou as propostas, por considerá-las muito distantes de suas reivindicações históricas. Por exemplo, a redução da idade mínima para a aposentadoria alcança apenas 20% do magistério que puderam permanecer no regime anterior à reforma da aposentadoria em 2007. Além disso, não houve nenhum aceno concreto no sentido de alterar o regime de pensões baseado em contas individuais, um dos eixos centrais da crítica da CNTE à reforma do ISSSTE.

Frente à intensificação da pressão sobre a luta magisterial, os professores decidiram encerrar a greve e o acampamento, após 23 dias. Para a CNTE (2025b), o encerramento dessas intensas mobilizações não representou o fim da luta, mas sim um recesso estratégico, voltado ao fortalecimento da organização e à construção de alianças com outros setores da sociedade.

Convém assinalar que o processo relatado evidencia as lutas da CNTE sob a direção de governos progressistas. Tal movimento revela os limites e as contradições

¹¹ Considerando que a capital conta com aproximadamente 22,7 milhões de habitantes e seu trânsito já é caótico por si só, o bloqueio de uma de suas principais avenidas, bem como a interdição parcial do aeroporto ganhou repercussão até na imprensa internacional.

¹² Disponível em :https://stunam.org.mx/46avisosimportantes/2025/pdf/13Decreto_pensio_just_digna.pdf?utm_source. Acesso em 15 de dezembro.

de um governo que, apesar de se apresentar como alternativa ao neoliberalismo, mantém práticas que o identificam como neoliberal. Em geral, esses governos acrescentam ao receituário alguns elementos reformistas, especialmente no campo da política social. Em seus discursos, incorporam bandeiras como participação, democracia e justiça, entre outras. Porém, esses elementos são introduzidos, reduzindo-se a respostas pontuais. Ao analisar o social-liberalismo como uma dessas variantes do neoliberalismo, Castelo (2013. p. 264) afirma que ele preserva “o núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para a retomada das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza”.

Para o autor, há um maior sincretismo entre mercado e Estado nas políticas sociais, o que tem ampliado seu caráter assistencialista e focal, voltado especialmente para a redução da pobreza. No entanto, esses governos não atendem plenamente às reivindicações dos trabalhadores, sobretudo quando essas passam a tensionar profundamente os ditames da valorização do capital. Nessa perspectiva, a questão da exploração não é questionada, e os problemas sociais são deslocados para a necessidade de aperfeiçoamento e correções sob os marcos do capitalismo. Como, por exemplo, evidencia-se na reivindicação da revogação do regime de previdência financeirizado dos professores mexicanos e a da melhoria efetiva das condições de trabalho, entre outras.

O livro “*Luchas Sociales y participación política en el sexenio obradorista (2018-2024)*” organizado por Modonesi, Piñeda e Tamayo (2025), reúne um conjunto de estudos dedicados à análise das lutas sociais durante o governo de Andrés López Obrador. Entre essas contribuições, Modonesi (2025) considera ter havido uma contenção do antagonismo e perda de autonomia dos movimentos sociais. Segundo o autor, esse processo manifesta-se na diminuição do número de mobilizações e protestos em questionamento ao governo, configurando um período marcado pela despolitização dos conflitos sociais, e por uma provisória e aparente estabilidade governamental. Nessa mesma obra, Ortega Errenguerena (2025), ao analisar a CNTE, como já dissemos anteriormente, afirma que a referida organização de professores, ainda que não sem limites e recuos, manteve sua autonomia frente ao referido governo.

As lutas da CNTE à luz das categorias teóricas

A seguir, apresentamos a análise da experiência da CNTE, articulando a investigação de documentos e outras fontes, as pesquisas sobre a Coordenadora e as categorias teóricas do estudo: classe, experiência e reprodução social no interior da tradição marxista. Nessa perspectiva, a análise foi sistematizada em três eixos: a) os professores da CNTE e a luta por condições de trabalho; b) as tradições e os costumes na experiência de luta da CNTE; e c) a experiência organizativa da CNTE.

Os professores da CNTE e a luta por condições de trabalho

Como dissemos anteriormente, a luta salarial e de melhorias de condições de vida está presente desde a origem da CNTE e foi e segue sendo um dos motes propulsores da luta do magistério. Segundo o Professor Pedro Hernández Morales (2025)¹³, um professor em início de carreira recebe um salário líquido de 13 mil pesos mexicanos (cerca de R\$ 3.714,00), o que corresponde a 2,3 salários-mínimos no México. Ele afirma que, na Cidade do México e em outras grandes cidades, muitos professores trabalham em dois turnos nas escolas. Entretanto, a maior parte do professorado lotado em cidades menores não dispõe dessa possibilidade, pois as escolas primárias, por exemplo, não possuem turno vespertino (com exceção das escolas de tempo integral). O professor alerta que, devido ao baixo valor do salário, muitos docentes precisam completar sua renda com outras atividades, como venda de produtos, trabalho como taxista, motorista de aplicativos, entre outros. Convém registrar que algumas cidades do México, a exemplo da capital, apresentam um dos mais altos custos de vida da América Latina, o que agrava ainda mais a situação salarial dos docentes.

O regime de trabalho dos professores não prevê tempo específico para atividades que extrapolem à docência em sala de aula. Dessa forma, o planejamento, a organização do trabalho pedagógico e outras tarefas inerentes à profissão são realizados fora da jornada remunerada. Ademais, o plano de carreira dos professores mostra-se pouco atrativo, uma vez que o aumento salarial ao longo da carreira é

¹³Entrevista concedida a Sabina Berman, apresentadora do programa: *Largo aliento: Que diablos quiere la CNTE?* realizado no dia 29 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vcyRwR0mQql>. Acesso em 30 de novembro de 2025.

reduzido. Além disso, praticamente não reconhece, em termos salariais, a formação em nível de mestrado e doutorado. Soma-se a esse quadro a existência de um número expressivo de escolas multisseriadas na educação primária. Segundo SEP (2025), em torno de 49,6% das instituições desse nível de ensino atendem aproximadamente 15% dos estudantes, nas quais o ensino envolve estudantes de diferentes anos escolares na mesma sala e, em muitos casos, um único professor é responsável por todas as atividades da unidade escolar. Tal contexto evidencia um processo contínuo de precarização e intensificação do trabalho docente.

O trabalho docente também tem sido bastante impactado pelo desmonte dos direitos trabalhistas no contexto das políticas neoliberais, a exemplo das transformações no ISSSTE, nas aposentadorias, pelo acesso à saúde e por programas de moradia. Essas questões ocupam lugar central nas pautas de reivindicação do magistério organizado.

Apesar de as mulheres constituírem a maioria do magistério, chama a atenção a presença significativa dos professores homens atuando na educação primária. No âmbito da luta sindical, observa-se, historicamente, a predominância masculina, contudo mais recentemente tem-se fortalecido a demanda das mulheres por maior participação no sindicato. Esse movimento, entretanto, evidencia também as dificuldades enfrentadas para conciliar o trabalho docente, a militância sindical e as responsabilidades domésticas, uma vez que sobre elas recai, de forma desproporcional, a sobrecarga do trabalho de cuidado no âmbito do lar.

As tradições e os costumes na experiência de luta da CNTE

Ao longo dos seus 45 anos de existência, a CNTE constitui-se como um dos principais sujeitos das lutas sociais no México. Sua trajetória recupera e reelabora elementos históricos que remontam à Revolução Mexicana e ao projeto de educação socialista, articulando-os às diversas lutas dos professores, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Muitos deles formados nas Escolas Normais Rurais, protagonizaram lutas intensas junto às comunidades em que atuavam, recorrendo, nesse período, à tática da guerrilha como forma de enfrentamento. Entre essas referências históricas destacam-se figuras como Lucio Cabañas, Genaro Vázquez, Arturo Gámiz, Misael Nuñez Acosta, cujos nomes integram a identidade simbólica da

CNTE e estão presentes em sua bandeira e logomarca (Hernández Navarro, 2016; Zaragoza; Zapata; 2021a). Na atualidade a memória dessas lideranças e suas lutas é permanentemente recordada em datas comemorativas, assim como nas grandes lutas e repressões, a exemplo do Massacre de Nochixtlán, ocorrido em 2016, no contexto de luta contra a Reforma Educativa.

O vínculo estreito dos professores com a comunidade permanece bastante presente, em particular nas escolas situadas em áreas mais pauperizadas, onde o reconhecimento social do papel do professor tende a ser mais evidente. A participação ativa das comunidades e dos pais de estudantes foi decisiva para a sustentação das greves e da intensa jornada de lutas contra a Reforma Educativa (2012-2016), por exemplo no estado de Oaxaca. No que se refere às formas de organização, destacam-se as assembleias baseadas no princípio do “consenso” e da ampla participação, práticas que dialogam com tradições comunitárias dos povos indígenas. Essas formas remetem à tradições e experiências de luta históricas das comunidades e povos indígenas, reforçando a articulação entre escola, comunidade e território (Zaragoza; Rivera 2021; Casco Peebles, 2020)

A CNTE dispõe de um repertório diversificado de formas de organização e de luta que se mantém ao longo do tempo. Dentre eles os *plantones* (acampamentos) prolongados em praças onde se localizam prédios da administração governamental, marchas, ocupações de prédios públicos, bloqueios de vias, liberação de praças de pedágios, metrô, o que mostra sua capacidade de mobilização, força organizativa e vitalidade política. Contraditoriamente, no entanto, no ano de 2025, tais ações não têm produzido os efeitos políticos esperados. No período de intensificação da luta, em 2025, esse repertório de confronto não resultou em reuniões diretas com a presidenta, nem em avanços significativos na pauta reivindicatória do movimento, revelando limites das estratégias, apesar de sua persistência histórica.

Esse quadro relaciona-se diretamente com a política de alianças estabelecida pela CNTE com outras lutas e sindicatos. Nos eventos dos quais participamos, observou-se um amplo reconhecimento da legitimidade da CNTE, de sua trajetória histórica e de suas formas de organização. Ademais, a Coordenadora rememora datas importantes para a classe trabalhadora, participando ativamente de mobilizações e prestando solidariedade a outros movimentos de luta no México e fora dele.

No entanto, em 2025, ao menos na luta contra a lei de ISSSTE (que envolve uma ampla categoria de servidores públicos), apesar das articulações estabelecidas, outros segmentos não avançaram para um processo de greve nem para formas de mobilização mais intensas que ampliasse massivamente as ações protagonizadas pela CNTE, o que acabou por deixá-la relativamente isolada. Tal dinâmica, como dissemos anteriormente, relaciona-se com um processo de contenção das lutas sociais no contexto de governos progressistas.

A experiência organizativa da CNTE

Como afirmado anteriormente, as lutas da CNTE atravessaram distintas conjunturas e apresentaram graus de mobilização ao longo de sua trajetória, tendo ao longo desse percurso seus principais antagonistas: o Estado e o SNTE. Na história da organização, principalmente em seus ciclos mais intensos de mobilização, esse confronto se materializa nos processos de luta, greves e paralisações, marchas e no conjunto intenso de ações diretas praticadas nesse momento.

Nas lutas de 2025 analisadas neste estudo, para além do Estado e do SNTE, a organização docente antagoniza com as AFORES (administradoras de fundos de pensões individuais), posicionando-se, assim, diretamente contra os interesses do capital financeiro. Nos documentos da CNTE (Sección XXII, 2019), a oposição ao neoliberalismo e às desigualdades do capitalismo aparece de forma explícita, reafirmando princípios como a luta de classes e a defesa do socialismo. Além disso, a CNTE compreende que a luta não se restringe aos momentos de maior pressão ou de visibilidade, mas se realiza também no dia a dia do trabalho docente, por meio do ensino crítico da realidade social, do desvelamento de sua fetichização e da problematização das condições concretas vividas pelas comunidades, evidenciando as raízes estruturais das desigualdades.

Percebemos que a autonomia – no sentido apontado por Modonesi (2016), como a capacidade de produzir práticas e organizações próprias, ainda que com limites impostos pelas condições estruturais, pressupõe um antagonismo ao Estado, mesmo a governos de reconhecidos como mais progressista. Nessa direção, a autonomia constitui uma característica central da CNTE, expressa em seus documentos (Sección XXII, 2019), nos quais afirma a autonomia em relação ao

Estado, ao sindicato oficial (SNTE) e aos partidos políticos de qualquer orientação. Essa posição traduz-se em uma vigilância permanente sobre seus representantes, de modo que aqueles que não cumprem tais determinações são submetidos a processos de avaliação coletiva no interior da organização e pode inclusive resultar na retirada do militante da Coordinadora. Em suas determinações um professor que pretende se candidatar a um cargo público deve se afastar da CNTE.

A Coordinadora tampouco realiza campanhas para candidatos políticos ou participa de comícios eleitorais. Nesse sentido, ela não apoiou oficialmente a candidatura dos governos progressistas, nem assumiu cargos na estrutura governamental. Embora, em um primeiro momento, parte de seus membros tenha avaliado positivamente as alterações na Reforma Educativa implementada por AMLO no início do seu governo, ao longo da gestão, a CNTE passou a aprofundar suas críticas. Tal movimento evidencia as incongruências de um governo que, apesar de se apresentar como alternativa ao neoliberalismo, mantém práticas que o identifica como neoliberal.

A forma de organização da CNTE prioriza os espaços coletivos desde a base, envolvendo os professores na escola, ainda que cada seção sindical apresente especificidades em seus modos de organização. De modo geral, a estrutura organizativa da Coordinadora envolve um número significativo de docentes nos espaços de representação, os quais não permanecem por muito tempo nos cargos, os quais estão inseridos num sistema amplo de rodízio dos cargos (Sección XXII, 2019; Casco Peebles, 2020). Esse mecanismo faz com que, ao longo de sua trajetória profissional, a maioria dos professores atue em instâncias representativas, favorecendo maior adesão e engajamento à própria organização. Além disso, a CNTE conta com o reconhecimento e apoio de diversas comunidades nas quais os professores estão inseridos, participando de lutas e processos de organização comunitárias específicos.

O princípio da mobilização – negociação – mobilização, ao enfatizar a centralidade da ação coletiva e organização interna da Coordinadora, constitui também um importante instrumento para a preservação da autonomia. Assim como as demais iniciativas elencadas, esse princípio contribui para evitar a cooptação e subordinação ao Estado e ao SNTE. No âmbito pedagógico, a elaboração e o desenvolvimento de uma Proposta Educativa Alternativa nas escolas, igualmente

expressam dimensões da autonomia. Contudo, ao mesmo tempo revelam os limites de sua concretização sob o controle estatal, em especial no contexto de governos progressistas, que mesclam princípios oriundos de projetos educacionais antagônicos, o que para algumas pessoas pode ser interpretado como um avanço educacional.

No entanto, convém registrar, que a autonomia, sob as relações sociais capitalistas, é sempre relativa. A CNTE e os professores não dispõem de autonomia ampla, por exemplo, mesmo com ferrenhas críticas às contas individuais e a todo o sistema previdenciário mexicano, os professores por si só não tem condições materiais e políticas de se desvincular dele. Ao mesmo tempo, a luta contra a lei de ISSSTE implica um grau elevado de antagonismo com o capital financeiro e o Estado que o sustenta, o que amplia a necessidade de uma luta massiva para além da categoria docente. No entanto, o que se observou em 2025 foi a não concretização dessa ampliação de maneira contundente, o que contribuiu para limitar o alcance e os resultados da luta.

Por fim, compreender a realidade latino-americana e suas lutas, em um contexto de descenso das mobilizações sociais, de avanço da extrema direita, da perda dos direitos trabalhistas e de intensificação da precarização e da exploração do trabalho, coloca-se como uma tarefa fundamental. Nesse sentido, o estudo dos clássicos do marxismo e o recurso das categorias: classe e experiência permitiram apreender essas dinâmicas a partir de uma perspectiva histórica de continuidade das lutas, entendidas como processos não lineares. Ou seja, a formação e a reconstrução da classe e suas lutas na atualidade e a compreensão dos limites e contradições dos movimentos sociais ao enfrentar o Estado e as principais empresas do capital financeiro.

Referências

ÁVILA CARRILLO, Enrique. **Em defensa de las luchas magisteriales**. Ediciones Quinta do Sol: México, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista RET**, ano II – número 3, 2008. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/02/Trabalhadores-RicardoAntunes-Afinal-quem-e-a-classe-trabalhadora-hoje.pdf>.

CASCO PEEBLES, Mariano. **El sindicalismo de la Sección 22 del SNTE/CNTE contra la reforma educativa en México (2012–2018): un caso de sindicalismo de movimiento social**. 2020. 374f. Tese (Doutorado em Estudos Sociais — Estudos Laborais) — UNAM, Ciudad de México.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CNTE. **Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación**, 2025a. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=122184851078310588&set=pcb.122184851360310588>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

CNTE. Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación. **Declaratoria de Receso de Huelga Nacional de la CNTE**. 2025b. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo?fbid=122193064412310588&set=pcb.122193064520310588>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

CNTE. Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación. **Posición Política de la CNTE ante las respuestas del Gobierno Federal**. 2025c. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=122192514320310588&set=pcb.122192514440310588>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

CUTZ, Ramón. **Breve história da CNTE**. 2008. Disponível em: <https://impunemex.wordpress.com/2013/09/12/breve-historia-de-la-cnte/> Acesso em 10 de outubro de 2025.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Respuesta propuesta del Gobierno Federal a la CNTE**. 2025. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=122191237796310588&set=pcb.122191238684310588>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

GONZÁLEZ VILLARREAL, Roberto, et al. El ciclo de las reformas educativas: 2012-2019. Poder cognitivo y gestión de las resistências. In: ZARAGOZA, Miguel Ángel (org). **Las luchas de la CNTE: debates analíticos sobre su relevancia histórica**. Ciudad de México: UNAM, 2020.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERNANDÉZ NAVARRO, Luiz Hernández. La Larga marcha de la CNTE. **El Cotidiano**, núm. 200, 2016, pp. 20-31. Universidad Autónoma Metropolitana Distrito Federal, México.

LEAL, Gustavo. Dos hélices: y el Magistério parió Resissste. **El Cotidiano**. nº 154. marzo-abril, 2009.

MAGALHÃES, Livia Diana; TIRIBA, Lia (orgs). **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1, Volume II - 25ª ed - Rio de Janeiro: Brasiliense, 2006.

MARX, Karl. Carta a Annenkov. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Tomo I. Lisboa, Edições Avante!, 1982

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía.** Marxismos y subjetivación política. Prometeo-CLACSO-Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2010.

MODONESI, Massimo. **El principio antagonista:** Marxismo y Acción Política. Universidad Autónoma de México; Ciudad de México, 2016.

MODONESI, Massimo. Consideraciones finales: Sobre la relevancia sociológica del concepto marxista de classe social. In: MODONESI, M, et al. **El concepto de classe social em la teoría marxista contemporânea.** Universidad Autónoma de México; Ciudad de México, 2017.

MODONESI, Massimo; PINEDA, César; TAMAYO, Sergio. **Luchas sociales y participación política en el sexenio obradorista.** Universidad Nacional Autónoma de México, 2025.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 4. ed- São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

ORTEGA ERREGUERENA, Joel. **El SNTE:** corporativismo y disidencia en el México del siglo XXI. 2012. 278f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) — UNAM, Ciudad de México.

ORTEGA ERREGUERENA, Joel. La CNTE: autonomía y movilización en el marco de una hegemonía progresista. In: MODONESI, Massimo; PINEDA, César; TAMAYO, Sergio. **Luchas sociales y participación política en el sexenio obradorista.** Universidad Nacional Autónoma de México, 2025.

SECCIÓN XXII. **40 años de Lucha e Resistencia de la CNTE:** reconpilación de foros, congresos ordinarios, extraordinarios y político educativo de la CNTE. Unidos e organizados venceremos! 1979-2019. Oaxaca, 2019. Disponible em: <https://www.cencos22oaxaca.org/inicio/compilacion-foros-congresos-ordinarios-extraordinarios-y-politico-educativo-de-la-cnte-40-anos-de-lucha-combativa-2/> Acesso em 01 de outubro de 2025.

SEP (Secretaría de Educación Pública). **Principales cifras del sistema educativo (2024-2025).** 2025. Disponible em:

https://www.planeacion.sep.gob.mx/Doc/estadistica_e_indicadores/principales_cifras/principales_cifras_2024_2025_bolsillo.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2025.

TIRIBA, Lia. Fios invisíveis do (s) mundo (s) do trabalho: a experiência à lupa. In: MAGALHÃES, Livia Diana; TIRIBA, Lia (orgs). **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. 14^o ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2024.

VENDRAMINI, Célia. **Terra, Trabalho e Educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST**. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2000. (Coleção ciências sociais)

VENDRAMINI, Célia; TIRIBA, Lia. Classe, cultura e experiências na obra de E.P Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **HISTEDBR** – Online, Campinas, n^o 55, p. 54- 72, 2014.

ZARAGOZA, Miguel Ángel; RIVERA; Isidro Navarro. Una mirada al trayecto de la Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación a través de sus estudios. In: ZARAGOZA, Miguel Ángel; Rivera; Isidro Navarro. **La CNTE y el movimiento magisterial democrático: fuentes para su estudio**. Ciudad de México: UNAM, 2021.

ZARAGOZA, Miguel Ángel; ZAPATA, Israel Jurado. Las orígenes: normalismo, magisterio democrático y educación socialista. 2021a. **La CNTE y el magisterio democrático en México: Historia de una larga lucha**, 2021. Ciudad de México: UNAM, 2021.

ZARAGOZA, Miguel Ángel; ZAPATA, Israel Jurado. charrismo sindical y la lucha magisterial por la democracia, 2021b. In: ZARAGOZA, Miguel Ángel; Zapata, Israel Jurado. **La CNTE y el magisterio democrático en México: Historia de una larga lucha**. Ciudad de México: UNAM, 2021.